cional, 1996.
. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial. Brasília: MEC/SEESP, 1994.
. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Fundamental. Secretaria de Educação Especial. Parâmetros Curriculares Nacionais/ Adaptações Curriculares. Brasília: MEC, 1997.
. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em 01/11/2020.
CARVALHO, R. E.Temas em educação especial. Rio de Janeiro: WVA, 1998.
COLL, C. Psicologia e Currículo: uma aproximação psicopedagógica à elaboração do currículo escolar. São Paulo: Ática, 1996.
CORREIA, L. M. Alunos com necessidades Educativas Especiais nas Classes Regulares. Porto: Porto Editora, 1ª. Edição, 1997.
DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. Sobre princípios, política e prática em Educação Especial. Conferência Mundial de Educação Especial. Salamanca: s/ ed., Junho de 1994.
EDLER, C.R. Educação Inclusiva com os pingos nos “is”.Porto Alegre: Mediação, 2004.
GÓMEZ, A. P. O pensamento prático do professor: a formação do professor como profissional reflexivo. In: NÓVOA, A. (org). Os professores e a sua formação. Lisboa: Dom Quixote, 1992.
GÓMEZ-PALACIO, M. La educación especial. México, DF: Fundo de Cultura Econômica, 2002.
ROPOLI, Edilene Aparecida, et. al. A educação especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: a escola comum inclusiva, Brasília, 2010. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php? Acesso em 01/11/2020.
SAWAIA, B. Introdução: Exclusão ou Inclusão perversa? In: SAWAIA, Barder (org.). As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Editora Vozes. Petrópolis, 1999.
SAVIANI, D. História das Ideias Pedagógicas. Campinas: Autores Associados, 2008.
VEIGA, M.M. A inclusão de crianças deficientes na Educação Infantil. In:
Paidéia, Jan./Jul. 2008. ano V, n.4, p.169-193.

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: A LEITURA E A ESCRITA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

MARIANA CREUZUITE BERNARDES QUAGLIA

RESUMO:
A sala de aula vista como um espaço que possa promover tanto o domínio de capacidades específicas da alfabetização, quanto o domínio de conhecimentos e atitudes fundamentais envolvidos nos diversos usos sociais da leitura e da escrita. Jovens, adultos e idosos precisam ser reconhecidos como sujeito de direito, pois, em virtude das situações de desigualdade presentes na sociedade brasileira e ausência do Estado na garantia dos direitos, lhes foi negado o direito à educação no passado, e lhes é dificultado no presente. O que valida a reivindicação de caráter afirmativo às políticas destinadas a essa população, com vistas a universalizar a educação em nosso país, ou seja, as políticas públicas precisam focar medidas especiais e emergenciais com o objetivo de eliminar desigualdades historicamente acumuladas. O papel da educação como espaço privilegiado para construção de sujeitos de direitos e para a formação de uma cultura de direitos humanos, traz à tona a necessidade de pensar o cidadão em suas relações com o direito à educação e a efetiva participação nas estruturas político-econômico-social e cultural da sociedade. metodologia bibliográfica, buscando conceitos de alfabetização de Jovens e Adultos para cidadania, tem a colaboração de autores como Capucho (2012) que frisa bem a valorização de uma Educação de Jovens e Adultos em função dos Direitos Humanos e Cidadania; Leal, Albuquerque e Morais (2010) falando do letramento na Educação de Jovens e Adultos, entre outros.

PALAVRAS-CHAVE: Alfabetização; Cidadania; EJA; Letramento.

1 INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos teve um processo histórico marcado pela erradicação do analfabetismo público, ao mesmo tempo a educação foi se tornando cada vez mais essencial em uma sociedade letrada e atual tecnológica. Logo, a exclusão fazendo parte das pessoas que não têm acesso ao mundo letrado e tecnológico.

A escola precisa ser capaz de prevenir situações que levam à exclusão ou à segregação dos alunos, sobretudo dos que são provenientes de meios sociais problemáticos. (BORJA, MARTINS, 2012, pg. 95).

Deste modo, conforme Capucho (2012) uma educação pela e para a cidadania não se efetiva sem a valorização da diversidade e promoção da igualdade, devendo ser pensada em uma prática pedagógica instituinte de uma sociedade na qual o preconceito não se faça presente, exigindo a compreensão e o respeito às diferenças. A justificativa do trabalho se faz pela valorização humana que deve existir na

sociedade, diante do mundo capitalista, elevar uma sociedade diante dos conhecimentos para uma efetivação social de uma sociedade letrada.

As escolas públicas devem buscar mais formas de trabalhar com a Educação de Jovens e Adultos (EJA), buscando com objetivo principal sua efetivação como cidadão.

Diante disso, surge o questionamento: quais construções os professores da Educação de Jovens e Adultos podem pensar?

O trabalho apresenta como objetivo geral analisar formas de alfabetizar e letrar jovens e adultos para viabilizar sua formação com cidadão e tem como objetivos específicos conferir uma educação que busca a cidadania e analisar a alfabetização e o letramento na Educação de Jovens e Adultos

Assim, o trabalho apresenta uma metodologia bibliográfica, buscando conceitos de alfabetização de Jovens e Adultos para cidadania, tem a colaboração de autores como Capucho (2012) que frisa bem a valorização de uma educação de Jovens e Adultos em função dos Direitos Humanos e Cidadania; Leal, Albuquerque e Morais (2010) falando do letramento na Educação de Jovens e Adultos, entre outros.

2 EDUCAÇÃO E A FORMAÇÃO DA CIDADANIA

Capucho (2012) relata que o capitalismo e sua ideologia, o liberalismo, mantiveram desde o início uma relação ambígua e conflituosa com a educação, e, portanto com a escola, a qual, de um lado, se afigura necessária, e, do outro, desperta temor, no qual a concepção de formação para a cidadania esteve, no processo histórico, predominantemente ligada à tese liberal da imaturidade, despreparo das camadas populares para a convivência social, necessidade de contenção dos anseios populares e submissão das massas. Tal concepção aponta a necessidade de preparação prévia para o exercício da cidadania, de onde pode se derivar que a cidadania se constitui em um saber fazer, passível e necessário de ser ensinado/aprendido, com vistas, em última análise, a formar e conformar para a ordem estabelecida.

No cenário das contraditórias relações sociais engendradas pelo capitalismo, é possível verificar que as forças conservadoras dão destaque à importância da cidadania na busca de fazer crer que esta é conquista derivada da democracia representativa, ou seja, reduzem-na aos direitos políticos, cabendo portanto, ao Estado democrático representativo ao aperfeiçoamento do já instituído. (CAPUCHO, 2012, p. 30).

Nesse entendimento, Capucho (2012) coloca que a cidadania é sinônimo de autonomia individual, considerando o indivíduo sujeito autônomo, ou seja, cidadão cada vez menos dependente do Estado e se efetiva no regime democrático liberal, compreendido enquanto regime da lei e da ordem para a garantia das liberdades individuais. Então, a formação para a cidadania vai além dos muros da escola. Ela é tecida no dia a dia das relações dos indivíduos e nos conjuntos das organizações da sociedade, pois a cidadania é uma situação política, social e econômica dependente de condições concretas.

FCE (2018) coloca que em geral, os alunos de EJA conhecem bem as discriminações sociais de todas as ordens, nas quais as vivências de determinadas experiências os levam a esconder sua origem e a renegar ou desvalorizar aspectos de sua cultura, por considerá-los menores ou sem importância. Desse modo, o ensino deve empenhar-se no sentido de que o aluno possa construir e reconstruir sua relação com saberes populares, com suas festas, danças e costumes, valorizando-os e percebendo a riqueza do patrimônio sociocultural brasileiro. Assim, esses alunos poderão ser capazes de valorizar e de se interessar em conhecer culturas de outros povos e nações.

Antigamente o mercado de trabalho não exigia muito estudo, a maioria eram serviços para homens e pesados. Serviços em fábricas e indústrias, que ofereciam um breve treinamento aos seus funcionários. Portanto, a educação no Brasil era voltada para o lado profissional. Conforme a modernidade trouxe a tecnologia, algumas pessoas foram ficando fora do mercado de trabalho, sem estudo e sem conhecimentos tecnológicos, muitos precisavam da alfabetização e prosseguir os estudos.

Os efeitos de tais políticas de educação são óbvios e por nós conhecidos, a produção do analfabetismo em larga escala no Brasil. O que não se configurava grande problema para os governantes, visto que o Brasil era um país quase que exclusivamente agrário, num contexto em que a cultura letrada não se fazia necessária para as famílias sobreviverem, bastavam ter suas terras para plantarem e alguns animais para criarem. Entretanto, este cenário começa a mudar, no início do século XX com a expansão do processo de industrialização e urbanização, emergindo a necessidade de se consolidar um sistema público de educação elementar no país. Nesse sentido, a EJA começa a traçar seu espaço na educação brasileira a partir da década de 30. (SOARES, 2018, p. 4).

A formação nessa perspectiva não pode circunscrever-se ao espaço escolar, mas também não pode-se desconsiderar que esse seja o espaço privilegiado

para que jovens e adultos, das camadas populares, tenham acesso ao conhecimento historicamente produzido e também as vivências marcadas pelo entendimento mútuo, respeito e luta por direitos, ou seja, espaço com potencial para o fortalecimento da democracia e promoção da cidadania. (CAPUCHO, 2012).

A desintegração social, resultante do período ditatorial a que foi subjugada a sociedade brasileira, agravada pelo dilaceramento promovido pelas políticas neoliberais e pela racionalidade do mercado, coloca grandes desafios para a Educação de Jovens e Adultos, principalmente quando desenvolvida no seio de escolas compromissadas com a comunidade e com a formação integral do ser humano. (CAPUCHO, 2012).

No que tange à negação ao direito ao acesso à educação é comum diferentes instâncias governamentais negarem investimentos em políticas que promovam a busca ativa dos cidadãos que se encontram ainda fora do sistema educacional. (CAPUCHO, 2012, p. 44).

Considerando todas as especificidades da EJA, organizar uma proposta curricular a partir de uma listagem de disciplinas obrigatórias com respectivas cargas horárias não é provavelmente o melhor caminho a ser seguido. Ao contrário, uma exigência da qual não se pode escapar reside na inversão da lógica que tradicionalmente presidiu a organização curricular da EJA. (FCE, 2018).

Uma possibilidade de inversão dessa lógica consiste em identificar as capacidades, competências ou habilidades que se pretende que o jovem e o adulto construam e desenvolvam, e tomá-las como indicadores para guiar a proposta pedagógica, a seleção e a organização de conteúdos dos diferentes âmbitos de conhecimento, a destinação de tempos e espaços curriculares etc (FCE, 2018).

A interrupção da trajetória escolar produz nos alunos da EJA, muitas vezes, um comportamento bastante introvertido e o medo de se posicionar, de dar sua opinião; desse modo, o resgate de sua autoestima, a construção da confiança em suas próprias opiniões são capacidades importantes a serem desenvolvidas, aliadas também à ideia de que é preciso ouvir as opiniões dos outros, considerá-las, permanecendo aberto ao diálogo. (FCE, 2018).

Ao definir os objetivos gerais do Ensino Fundamental, os PCNs indicam capacidades relativas aos aspectos cognitivos, afetivos, físicos, éticos e estéticos, de atuação e de inserção social, de forma a expressar a formação básica necessária para o exercício da cidadania, nortear a seleção de conteúdos e as abordagens didáticas. Isso deve levar em consideração que o mundo atual exige das pessoas capacidades que se relacionam em diferentes dimensões da vida: trabalho, família, participação social e política, lazer e cultura. (FCE, 2018).

A decisão de alfabetizar uma parcela da população jovem, adulta e idosa é uma tarefa desafiadora nos aspectos pedagógicos, políticos, sociais, éticos e operativos, uma vez que as pessoas não foram apenas destituídas do direito de ler e escrever, mas são também impedidas de outros direitos sociais que fazem de uma pessoa comum uma cidadã do mundo. (NASCIMENTO; SILVA, 2011, pg. 9).

Porém, a educação voltada para Jovens e Adultos tiveram vários programas em desenvolvimento e mesmo “assim, chegamos ao século XXI com uma alta taxa de pessoas que não têm o domínio sobre a leitura, a escrita e as operações matemáticas básicas”. (STRELHOW, 2010, pg. 56). Pessoas que queriam ser inseridas no mercado de trabalho e principalmente na sociedade.

Logo, conforme FCE (2018) formar para o exercício da cidadania pressupõe a participação política de todos na definição de rumos, não apenas na escolha de representantes políticos, mas também na participação em movimentos sociais e no envolvimento com os temas e questões da nação e em todos os níveis da vida cotidiana. As mudanças no mundo atual exigem que se compreenda melhor o mundo, para nele atuar de maneira crítica, responsável e transformadora. Esse é o contexto em que se definem as capacidades a serem desenvolvidas. Evidentemente os alunos jovens e adultos já são cidadãos e participam da vida em sociedade; no entanto, a escola deve lhes proporcionar a ampliação de espaços de participação, aguçando o espírito crítico e mostrando a importância de sua contribuição no desenvolvimento de uma sociedade mais justa social e economicamente.

3 ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

De acordo com Leal, Albuquerque e Morais (2010) entender a relação entre alfabetização e letramento é fundamental para que possamos construir práticas construtivas e efetivas de ensino da leitura em turmas da Educação de Jovens e Adultos.

Logo, conforme os autores, a inserção em práticas que envolvem a leitura escrita de diferentes textos não possibilita, por si só, que crianças, jovens e adultos em processo de alfabetização, desenvolvam autonomia para ler e escrever os diferentes textos

que circulam na sociedade. Embora alguns sujeitos tenham se alfabetizado por meio da inserção nessas práticas. Até hoje, o desejo de ler e escrever palavras e textos que circulam na sociedade leva jovens e adultos analfabetos a irem e retornarem à escola, às salas de aula ade alfabetização.
Não há consenso, no entanto sobre o que significa esse ensino/ aprendizagem da leitura e da escrita, pois ao longo da história, diversas mudanças na concepção de alfabetização foram efetivadas, o que é bastante compreensível, dada a natureza cultural dos conhecimentos (sobre o funcionamento do alfabeto, sobre os textos em que é usado) e das práticas que são exercitadas tais conhecimentos. (LEAL; ALBUQUERQUE; MORAIS, 2010).

Pesquisas têm apontado que mesmo em países desenvolvidos, que apresentam índice de analfabetismo zero, muitas pessoas com níveis elevados de escolarização não conseguem fazer uso da leitura e da escrita para finalidades corriqueiras, como preencher um requerimento ou formulário e compreender textos instrucionais, como regras de jogos. (LEAL; ALBUQUERQUE; MORAIS, 2010, p. 18).

Simões (2006) relata que observadas as dificuldades enfrentadas pelos professores de línguas, em geral e pelos alfabetizadores em especial, resumindo alguns pontos importantes dos aspectos fônicos da língua portuguesa a serem considerados durante o aprendizado da leitura e da escrita. Sabe-se que o domínio das formas escritas não pode ser adquirido imediatamente, ele se faz com a prática da língua, muitas leituras e muitas escritas
Leal, Albuquerque e Morais (2010) coloca que o ensino da leitura e da escrita baseado em métodos sintéticos ou analíticos predominou no país até meados da década de 1980, nos quais as experiências de alfabetização de crianças e adultos se apoiavam, principalmente, no uso de cartilhas de base silábica e fônica, nos quais predominavam a leitura de textos artificiais, considerando alfabetizadas aquelas pessoas que conseguissem ler (decodificar) e escrever (codificar), ao final do ano letivo da alfabetização, as palavras, frases e textos presentes em tais materiais. Mas essa prática tradicional de alfabetização, na qual primeiro se aprende decifrar uma sequência de passos/ etapas, para depois ler efetivamente, não garante a formação de leitores/ escritores.
Os alunos que ingressam nas turmas de alfabetização, são considerados, sejam crianças, jovens ou adultos, possuem experiências de letramento e conhecimentos sobre diferentes gêneros com os quais convivem, cotidianamente. Essas experiências, no entanto, não garantem que desenvolvam uma autonomia para ler ou escrever textos diversos. (LEAL; ALBUQUERQUE; MORAIS, 2010, p. 19).

Capucho (2012) coloca que o papel da educação como espaço privilegiado para construção de sujeitos de direitos, e também para a formação de uma cultura de direitos humanos traz à tona a necessidade de pensar o cidadão em suas relações com o direito à educação e a efetiva participação nas estruturas político-econômico- social e cultural da sociedade. O direito à educação é conquista histórica, constituindo fundamento para o exercício da cidadania, uma vez que essa foi tomada como condição necessária para laicizar o saber, a moral e a política, separando nitidamente fé e razão, natureza e religião, política e igreja.

Jovens, adultos, idosos precisam ser reconhecidos como sujeito de direito, pois, em virtude das situações de desigualdade presentes na sociedade brasileira, e ausência do Estado na garantia dos direitos, lhes foi negado o direito à educação no passado, e lhes é dificultado no presente. O que valida a reivindicação de caráter afirmativo às políticas destinadas a essa população, com vistas a universalizar a educação em nosso país, ou seja, as políticas públicas precisam focar medidas especiais e emergenciais com o objetivo de eliminar desigualdades historicamente acumuladas. (CAPUCHO, 2012, p. 23).

Castanheira, Maciel e Martins (2008) relata que surge daí a importância de se perceber a sala de aula como um espaço que possa promover tanto o domínio de capacidades específicas da alfabetização, quanto o domínio de conhecimentos e atitudes fundamentais envolvidos nos diversos usos sociais da leitura e da escrita. Para que isso ocorra, é preciso o conhecimento da teoria relativa a esses domínios e
sua articulação da prática de ensino: é preciso que haja um equilíbrio entre ambos, e estabelecer esse equilíbrio tem sido um grande desafio, tanto para os acadêmicos quanto para os professores que atuam nas turmas de alfabetização.
Leal, Albuquerque e Morais (2010) coloca que a alfabetização é concebida como processo de apropriação da escrita alfabética, ou seja, a compreensão, por parte dos sujeitos, dos princípios que regem esse sistema notacional. Já o letramento se relaciona aos usos efetivos da escrita em atividades de leitura e escrita de textos, em contextos diversos. O primeiro estaria relacionado, portanto, à aprendizagem da notação alfabética, enquanto o segundo envolveria o uso e produção da linguagem

que se usa ao escrever, isto é, dos gêneros textuais escritos que circulam nas interações sociais.
Para alfabetizadores de adultos, saber que é possível ser alfabetizado, em algum nível, por pessoas que têm pouca familiaridade, com processos de leitura e escrita, pode ser um bom ponto de partida para discutir o que é ser analfabeto numa sociedade de cujo nível de letramento permite diversas formas de inserção ou exclusão nos usos desse instrumental. (LEAL; ALBUQUERQUE, 2007, p. 42).

Capucho (2012) coloca que a Educação de Jovens e Adultos trata de um conhecimento básico, necessário a todos. É um direito humano fundamental e meio de acesso a saberes diversificados, em que professores atenuantes nessa modalidade não devem ficar à mercê de vontades ou induções de políticas fragmentárias e pontuais. Precisam retomar a compreensão da escola enquanto espaço de contradições, dos projetos antagônicos e se comprometer com a construção de uma sociedade na qual a igualdade e a tolerância não estejam a serviço da ordem, mas que promovam efetivamente a ruptura com os mecanismos geradores de desigualdade, pois enquanto houver igualdade entre os desiguais, não será possível passar da esfera da necessidade para a liberdade.
Castanheira, Maciel e Martins (2008) relata que para alfabetizar letrando, é necessário que o professor assuma muitas posturas, de modo que a prática pedagógica seja conduzida no sentido de viabilizar a formação de um sujeito que não apenas decodifica/codifica o código escrito, mas exerça a escrita nas diversas situações sociais que lhe são demandadas.
Se de um lado, cada vez mais, o termo letramento tem sido usado de maneira corrente no interior da escola, de outro essa palavra ainda suscita dúvidas. Prova disso é a distância entre o discurso e a prática pedagógica docente, nos quais as experiências nos cursos de formação docente nos têm revelado que são muitas as dúvidas dos professores que lidam cotidianamente com o trabalho de alfabetizar e letrar. (CASTANHEIRA; MACIEL; MARTINS, 2008)

CONCLUSÃO

A Educação de Jovens e Adultos passou por um grande processo histórico, a concepção de formação para a cidadania esteve, no processo histórico, predominantemente ligada à tese liberal da imaturidade, despreparo das camadas populares para a convivência social, necessidade de contenção dos anseios populares e submissão das massas, no qual concepção aponta a necessidade de preparação prévia para o exercício da cidadania, de onde pode se derivar que a cidadania se constitui em um saber fazer, passível e necessário de ser ensinado/aprendido. A cidadania é sinônimo de autonomia individual, considerando o indivíduo sujeito autônomo.
Antigamente o mercado de trabalho não exigia muito estudo, a maioria eram serviços para homens e pesados. Serviços em fábricas e indústrias, que ofereciam um breve treinamento aos seus funcionários e conforme a modernidade trouxe a tecnologia, algumas pessoas foram ficando fora do mercado de trabalho, sem estudo e sem conhecimentos tecnológicos, muitos precisavam da alfabetização e prosseguir os estudos.
Assim, formar para o exercício da cidadania pressupõe a participação política de todos na definição de rumos, não apenas na escolha de representantes políticos, mas também na participação em movimentos sociais e no envolvimento com os temas e questões da nação e em todos os níveis da vida cotidiana. Os alunos jovens e adultos já são cidadãos e participam da vida em sociedade, mas a escola deve lhes proporcionar a ampliação de espaços de participação, aguçando o espírito crítico e mostrando a importância de sua contribuição no desenvolvimento de uma sociedade mais justa social e economicamente.
Para alfabetizar letrando é indispensável que o professor assuma muitas posturas, de modo que a prática pedagógica seja conduzida no sentido de viabilizar a formação de um sujeito que não apenas decodifica/codifica o código escrito, mas exerça a escrita nas diversas situações sociais que lhe são demandadas.

REFERÊNCIAS

BORJA, Izabel Maria França de Souza. MARTINS, Alcina Manuela de Oliveira. Evasão escolar: desigualdade e exclusão social: Mestrado em Ciências da Educação, defendida em 12.07.2012, na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, Lisboa, Portugal
CAPUCHO, Vera. Educação de Jovens e Adultos: prática pedagógica e fortalecimento de cidadania. São Paulo: Cortez, 2012.
CASTANHEIRA, Maria Lúcia; MACIEL, Francisca Izabel Pereira; MARTINS, Raquel Márcia Fontes (Orgs). Alfabetização e letramento na sala de aula. Belo Horizonte: Autêntica Editora : Ceale, 2008. – (Coleção Alfabetização e Letramento na Sala de Aula).
FCE. Faculdade Campos Elíseos. Fundamentos Metodológicos EJA. Núcleo de Pós Graduação em Educação, 2018.
LEAL, Telma Ferraz; ALBUQUERQUE, Eliana Borges Correa. Desafios da Educação de Jovens e Adultos: construindo práticas de alfabetização. Belo